

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	III
<i>Sumário</i>	IX
<i>Tabela de Quadros</i>	XII
<i>Tabela de Abreviações</i>	XIII
<i>Tabela de Casos</i>	XV
<i>Tabela de Instrumentos Internacionais</i>	XXI

PARTE A ESTRUTURA GERAL

1. Introdução	1
1.1 O objetivo do Manual, pelo Juiz Desembargador Christopher Weeramantry	1
1.2 Os Juízes e o Direito Ambiental	4
1.2.1 O papel do Juiz	4
1.2.2 Juízes como educadores	5
1.2.3 Direito nacional e internacional	5
1.2.4 Sistemas legais distintos	5
1.2.5 Julgando casos ambientais	5
2. O que é Direito Ambiental?	
2.1 Introdução	9
2.2 Definindo meio ambiente	10
2.3 Fundamentos do Direito Ambiental	10
2.3.1 Tradições religiosas	11
2.3.2 Comunidades Tradicionais	11
2.4 Fontes do Direito Ambiental	12
2.4.1 Direito internacional	13
2.4.2 Direito nacional	13
3. Princípios Básicos do Direito Ambiental	
3.1 Introdução	25
3.2 Desenvolvimento Sustentável	26
3.3 Prevenção	27
3.4 Precaução	27
3.5 Poluidor-Pagador	30
3.6 Justiça Ambiental e Equidade	31
3.6.1 Equidade intergeracional	32
3.6.2 Equidade intrageracional e intra-espécies	33
3.6.3 Justiça ambiental	33
3.6.4 Confiança pública	34
3.7 Responsabilidades comuns, mas diferenciadas	35
4. Direitos ambientais	37
4.1 Introdução	37
4.2 Direito à informação	37
4.2.1 Direito Internacional	37
4.2.2 Direito Nacional	40
4.3 Participação pública	40
4.3.1 Direito Internacional	40
4.3.2 Direito Nacional	41
4.4 Acesso à Justiça	42
4.5 Qualidade Ambiental	43
4.5.1 Direito Internacional	43
4.5.2 Direito Nacional	44

5. Mecanismos legais comuns de proteção ambiental	45
5.1 Introdução	45
5.2 Proibindo e restringindo atividades e substâncias	45
5.2.1 Atividades poluidoras	46
5.2.2 Utilização dos recursos biológicos	46
5.3 Padrões de produtos e processos	46
5.3.1 Padrões de processos	46
5.3.2 Padrões de produtos	47
5.3.3 Padrões de emissão	48
5.3.4 Padrões de qualidade ambiental	48
5.4 Licenciamento prévio e autorizações	48
5.4.1 Direito Internacional	49
5.4.2 Direito Nacional	49
5.5 Consentimento prévio informado	50
5.6 Estudo de impacto e risco	51
5.6.1 Estudo de impacto ambiental (EIA)	51
5.6.2 Estudo de risco	53
5.6.3 Avaliação ambiental estratégica	54
5.7 Regulamentação do uso da terra	55
5.7.1 Regulamentação nacional e internacional	55
5.7.2 Regulamentação do uso da terra e direitos de propriedade	55
PARTE B PRINCIPAIS ÁREAS DO DIREITO AMBIENTAL	
6. Água	59
6.1 Introdução	59
6.2 Água doce	59
6.2.1 Água como um direito humano – Direito Internacional	61
6.2.2 Água como um direito humano – Direito Nacional	62
6.2.3 Direito Internacional: recursos hídricos transfronteiriços	63
6.2.4 Direito Nacional: gestão da água	65
6.3 Ecossistemas marinhos	65
6.3.1 Proteção do meio ambiente marinho na UNCLOS	66
6.3.2 Poluição marinha	70
6.3.3 Proteção dos recursos vivos marinhos	73
6.4 Os Tribunais e o meio ambiente marinho	76
7. Ar	79
7.1 Introdução	79
7.2 Poluição do ar	79
7.2.1 Direito Internacional	79
7.2.2 Direito Nacional	82
7.3 Esgotamento do ozônio estratosférico	82
7.3.1 Medidas do ozônio	83
7.3.2 Direito Nacional	83
7.4 Mudança climática global	83
7.4.1 Direito Internacional	84
7.4.2 Direito Nacional	85
8. Solo	87
8.1 Introdução	87
8.2 Direito Internacional	87
8.2.1 Desertificação	87
8.2.2 Tratado do solo Alpino	88
8.3 O Direito Nacional e os Tribunais	89

9. Diversidade biológica e conservação da natureza	91
9.1 Introdução	91
9.2 Proteção da biodiversidade	92
9.2.1 Direito Internacional	92
9.2.2 Direito Nacional	93
9.3 Espécies migratórias	95
9.3.1 Direito Internacional	95
9.3.2 Direito Nacional	96
9.4 Comércio de espécies ameaçadas	96
9.4.1 Direito Internacional	96
9.4.2 Direito Nacional	97
9.5 Proteção do habitat incluindo zonas úmidas	99
9.5.1 Direito Internacional	99
9.5.2 Direito Nacional	100
9.6 Biotecnologia e organismos vivos modificados	102
9.6.1 Direito Internacional	102
9.6.2 Direito Nacional	104
10. Agricultura e silvicultura	107
10.1 Introdução	107
10.2 Direito Internacional	108
10.3 Direito Nacional	108
11. Proteção do patrimônio cultural e natural	111
11.1 Introdução	111
11.2 Direito Internacional	111
11.3 Direito Nacional	113
11.4 Locais de patrimônio cultural e os Tribunais	114
12. Utilização da energia e seus impactos	117
12.1 Introdução	117
12.2 Direito Internacional	117
12.3 Direito Nacional	118
12.4 A energia e os Tribunais	118
13. Ruído	121
13.1 Introdução	121
13.2 Direito Internacional	121
13.3 Direito Nacional	121
13.4 O ruído e os Tribunais	122
14. Transporte	125
14.1 Introdução	125
14.2 Direito Internacional	125
14.3 Direito Nacional	126
14.4 O transporte e os Tribunais	127
15. Turismo	129
15.1 Introdução	129
15.1.1 A redução dos recursos naturais pelo turismo	129
15.1.2 Poluição e turismo	129
15.1.3 Impactos físicos	129
15.2 Direito Internacional	130
15.3 Direito Nacional, turismo e Tribunais	131

16. Resíduos	133
16.1 Introdução	133
16.2 Direito Internacional	134
16.3 Direito Nacional	135
16.3.1 Gestão dos resíduos	135
16.3.2. Regulamentações setoriais	136
17 Substâncias e produtos químicos perigosos	139
17.1 Introdução	139
17.2 Direito Internacional	140
17.3 Resumo Temático da Regulamentação das substâncias e produtos perigosos no Direito Internacional, europeu e nacional	141